

O Uso Político da Capacidade de Destruir: a permanente relevância de “Arms and Influence”, de Thomas C. Schelling

Por Thomas C. Schelling. New Haven, Yale University Press, (1966). 293 páginas.

*Flávio Pedroso Mendes (USP)*¹

A figura de uma criança à beira d'água, notificada pelos pais de que não lhe era permitido nadar, mas que furtivamente imerge partes de seu corpo num movimento lento, hesitante e progressivo, sem ferir abruptamente a proibição; um jogo de xadrez com regras modificadas, que pode impor um resultado para ambos os jogadores pior do que a derrota individual; a disputa por prestígio entre adolescentes inconsequentes, dirigindo seus carros em alta velocidade rumo a uma possível colisão frontal, para ver quem vacila primeiro e evita o final trágico para os dois veículos. Situações prosaicas e banais, mas que guardariam alguma semelhança com as complexas dinâmicas da política internacional? Pior: com as dinâmicas do intercuro político entre EUA e URSS, num dos períodos mais complexos e notáveis da história humana?

Os estudos estratégicos – ou o estatuto científico da investigação do emprego de força militar e de sua interface política – podem ser tentativamente descritos com o paradoxo da *obviedade contra-intuitiva*. As dinâmicas e processos estão lá e parecem bastante óbvios, porém só depois que uma mente devidamente preparada os reconheceu e apresentou de forma sistemática e coerente. Em outras palavras, tudo

¹ Mestre em Estudos Estratégicos pela Coppe/UFRJ, doutorando em Relações Internacionais pela USP e Professor do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia.

sempre parece muito claro e transmite a sensação de “por que diabos não se pensou nisso antes?”, mas esconde seu caráter altamente contra-intuitivo que demandou um espírito com gênio particular para decifrar a “oculta obviedade”. Neste tom, é impossível superestimar as contribuições de *Arms and Influence*, de Thomas C. Schelling, para a capacidade do chamado “pensamento estratégico” (*strategic thought*) norte-americano de apreender as variáveis por trás da política internacional na era termonuclear. Mais ainda, é impossível não reconhecer a contínua validade das dinâmicas e processos traduzidos por Schelling num momento em que o mundo tenta entender o que está em jogo no *Nuclear Summit 2010*.

A raiz lógica do pensamento desenvolvido por Schelling reside no reconhecimento do potencial meramente punitivo dos meios de força. Além de suas possibilidades de sobrepujar as forças armadas de um oponente com que se tenha um conflito político insuperável por canais não-violentos, os instrumentos de força podem ser usados meramente para destruir, causar sofrimento. Schelling reconhece nessa última possibilidade, quando usada ou ameaçada intencionalmente, um poderoso instrumento de barganha. Nasce, para o autor, uma importante distinção entre o uso da força para tomar ou impedir que seja tomada alguma coisa, e seu uso ou ameaça de uso para coagir o outro lado a ceder, diante dos custos potenciais que podem ser impostos em termos de dor e destruição. Nos termos avançados na argumentação, tem lugar a *diplomacia coercitiva* ou *diplomacia da violência*. (Schelling, 1966: 1-34) Diplomacia, porque está inequivocamente inserido o elemento da barganha, da inter-relação de interesses, motivações, compromissos e restrições. A linha tradicional que separa diplomacia do recurso à força se dissipa irreparavelmente, deixando o foco em instrumentos – diálogo

ou tanques – para assumir o papel da barganha, do jogo de interesses e compromissos.

Schelling identifica na exploração do potencial punitivo dos meios de força um elemento indissociável da condução de guerras e de natureza a-histórica, como sugere o rico acervo de referências às guerras do século XX, à Guerra Civil Americana, às Cruzadas e até mesmo às guerras persas, gregas e romanas da Antiguidade. O elemento mais contra-intuitivo reside no reconhecimento de que, mesmo quando o uso da violência se restringia ao engajamento de forças no teatro de operações, a vitória a um dos lados não significava o fim das possibilidades de violência, mas sim seu real potencial diante de uma sociedade indefesa e desarmada. Assim, o potencial meramente destrutivo dos meios de força sempre foi usado como instrumento de barganha, mas por razões de geografia e tecnologia esse estágio era geralmente precedido pela necessidade de neutralizar a capacidade de resistência das forças combatentes do oponente.

Aqui nasce, para Schelling, o caráter verdadeiramente distintivo dos armamentos nucleares. A utilização da energia nuclear prometia a concentração em espaço e tempo muito curtos de uma quantidade inimaginável de capacidade destrutiva, que, quando associada aos modernos meios de entrega, ignorava os constrangimentos tecnológicos e geográficos anteriores e podia ameaçar diretamente sociedades e populações. Algo profundo havia acontecido, e para Schelling a mensagem parecia muito clara:

A estratégia militar não pode mais ser pensada, como pôde para alguns países em algumas épocas, como a ciência da vitória bélica. Agora ela é igualmente, senão mais, a arte da coerção, da intimidação e da dissuasão. Os instrumentos de guerra são mais punitivos do que aquisitivos. A estratégia

militar, gostemos ou não, tornou-se a diplomacia da violência”. (Schelling, 1966: p. 34; tradução nossa)

A interface entre política e força havia adquirido novo patamar, para Schelling, e um grande esforço analítico se impunha para decodificar as dinâmicas da nova realidade. Concretamente, o maior problema que os EUA enfrentavam à época dizia respeito à necessidade de conter a URSS e impedir que ela tomasse e passasse a controlar regiões-chave do planeta, particularmente a Europa ocidental e o sudeste da Ásia – não por acaso, onde habitavam os aliados mais sólidos dos norte-americanos. As dificuldades intrínsecas à natureza do compromisso dos EUA com seus aliados no contexto da bipolaridade e dos armamentos termonucleares receberam grande fôlego analítico na investigação, envolvendo temas tão complexos quanto a tênue relação entre racionalidade e credibilidade, a interdependência de compromissos e as formas tácitas de evadir-se de compromissos próprios e do oponente.

Em linhas gerais, Schelling percebia que uma situação de dissuasão é necessariamente função do compromisso em agir da forma ameaçada caso a outra parte proceda da maneira que se quer evitar. Uma dissuasão efetiva, portanto, depende da credibilidade desse compromisso. O que os EUA enfrentavam com relação à URSS era justamente um problema de credibilidade, diante do virtual suicídio que significaria uma retaliação nuclear diante de um ataque a um de seus aliados, seja ele convencional ou nuclear. Como esperar que qualquer Estado cometa suicídio em nome da sobrevivência de outro? A chave para o entendimento do problema é que os EUA ainda teriam, caso a dissuasão falhasse e a URSS agisse da forma proscrita, a *opção de escolher* entre envolvimento e inação. Diante da situação dramaticamente sensível que se instauraria, não seria difícil

acreditar que os EUA escolheriam a inação, opção que não remetia à sua aniquilação. (Schelling, 1966: 35-91)

Em consequência, para a consecução de seus objetivos políticos era necessário que os EUA procedessem à “projeção de suas intenções”, para usar as palavras de Schelling, e se colocassem numa posição em que não restasse dúvida sobre qual seria sua reação diante de um ataque soviético aos seus aliados. Em outras palavras, os EUA precisavam se livrar da capacidade de escolher diante da eventual falha da dissuasão, paradoxalmente para evitar justamente essa falha. No jargão militar, isso se refere ao ato de queimar pontes na retaguarda, no intuito de demonstrar ao oponente que recuar não é uma opção. Nesse caso, tem-se o processo que Schelling chama de *abandono da iniciativa*, ou seja, em que se deixa completamente nas mãos do adversário a decisão de evitar ou não o que ambos os lados podem não desejar. É criada a situação ideal para o funcionamento da dissuasão. A partir desse raciocínio, Schelling constrói habilmente o alicerce em que se encontrava apoiada a *rationale* para a presença militar permanente dos EUA no centro da Europa, mesmo dentro do setor ocidental de Berlim, e no sudeste asiático.

Schelling dá um passo decisivo em sua análise quando considera o papel da incerteza num ambiente que tem como pano de fundo o potencial de eclosão de uma guerra nuclear. É neste momento que tem origem uma das noções mais importantes e contra-intuitivas do pensamento do autor, que remete à exploração das capacidades nucleares como elemento de barganha de uma maneira que ainda pedia para ser analiticamente organizada. Para Schelling, o que define uma crise é justamente a imprevisibilidade de seus resultados, a capacidade de que o círculo de incentivos e contra-incentivos, respostas e contra-respostas, gere uma resultante não prevista pelo início da interação e eventualmente

indesejada por todas as partes envolvidas. Em outras palavras, uma crise envolve o *risco* de que as coisas fujam ao controle dos contendores, causando um desfecho possivelmente temerário. O que se colocava, particularmente às duas superpotências, era a possibilidade de *manipulação* desses riscos. (Schelling, 1966: 92-125)

É a partir dessa lógica que a clássica visão de Schelling da Guerra Fria como uma “guerra de nervos” tem lugar. A competição se dava, sobretudo, no campo da absorção de riscos: diante da real possibilidade da criação de situações críticas em que as coisas poderiam fugir ao controle, o lado capaz de suportar mais riscos (riscos esses, é claro, em que ambas as partes incorriam) tinha maiores chances de ver seus interesses políticos alcançados. A ameaça de uso deliberado de arsenais nucleares podia não ter credibilidade, mas a ameaça de geração de uma crise – em Berlim, Cuba, no Oriente Médio etc. -, que por definição poderia se escalar aos extremos atômicos de violência, mesmo que esse não fosse o objetivo inicial, poderia ser crível e levar o outro lado à capitulação. Nesse quadro, guerras e crises regionais adquirem momento próprio de inserção na lógica da bipolaridade e da dissuasão nuclear recíproca.

Toda a complexidade da Guerra Fria era, portanto, analiticamente descrita como um grande processo de barganha – de demonstração, de projeção de interesses, compromissos e capacidades. Barganha implica diálogo, e o idioma da diplomacia da violência sustenta, na obra de Schelling, uma das mais belas construções do gênero. (Schelling, 1966: 126-189) A linguagem dos armamentos e das ações militares, com sua natureza tácita, não é menos eloquente em suas mensagens e resultados do que a linguagem verbal e explícita da diplomacia desprovida de seus instrumentos violentos. O estabelecimento de *fronteiras* – tipo de

armamento utilizado num conflito, escopo territorial, nacionalidades envolvidas etc. – aparecem como entendimentos tácitos do nível em que as coisas se encontram, e sua ultrapassagem assinala algo para o oponente, significa que uma mudança qualitativa no estado de coisas foi introduzida e exige uma resposta. Aqui, a mensagem que se quer passar para o outro lado – com a introdução de armamentos nucleares, o bombardeio de alvos de uma classe até então poupada, a condução de operações em territórios ainda não violados etc. – pode, para Schelling, ser mais importante e superar os efeitos meramente táticos e estratégicos sobre o equilíbrio de força no teatro de operações.

Neste ponto, o significado e a linguagem contidos em ações militares particulares dão azo à diferenciação que Schelling faz entre “guerras de campo de batalha”, “guerras de risco” e “guerras de dor e destruição”. (Schelling, 1966: 166-8) No primeiro tipo, que o autor julga exemplificado na Guerra da Coréia, os armamentos falam para outros armamentos, e o objetivo é conduzir engajamentos bem-sucedidos para o estabelecimento de uma correlação favorável de forças. Nas guerras de risco, como mencionado anteriormente, as decisões – sobre a natureza de armamentos, alvos, intensidade do esforço etc. – têm como alvo os cálculos do adversário com o propósito de levá-lo à capitulação diante de riscos intoleráveis. Nas guerras de dor e destruição, ou, para Schelling, *coercitivas*, a mensagem veiculada é a da acumulação progressiva de sofrimento, que pode cessar diante da disposição do oponente em cooperar.

As contribuições mais diretas da abordagem de Schelling para a elaboração de planos e doutrinas efetivas para a condução da bipolaridade e da confrontação nuclear passam pela consideração de dinâmicas esperadas em cenários vislumbrados. A rica argumentação

avançada busca contemplar, nos limites reconhecidos de análise e de abstração, os elementos e dilemas envolvidos na condução de uma guerra nuclear entre EUA e URSS que se pretenda limitada e que termine em algum ponto antes da dizimação funcional das sociedades em ambos os lados. As implicações de noções como contraforça e contravalor são cuidadosamente exploradas pelo autor, que busca salientar como a condução de uma confrontação limitada - em que restrições, o diálogo das ações e dos armamentos e a projeção de interesses continuem constituindo o processo de barganha - precisa ser pensada de antemão. (Schelling, 1966: 190-220) Talvez mais importante, Schelling discute como seria fundamental que se pensasse com antecedência a maneira como uma tal confrontação seria levada ao fim, provavelmente mediante um processo tácito de cessar-fogo que precisaria ser cuidadosamente avançado até a solução de problemas concretos, como a disposição e caráter dos arsenais no pós-guerra. Aqui, naturalmente, o mérito do autor e de sua profícua capacidade analítica encerra o apontamento de uma série de questões e dilemas potenciais, ensaiando seu tratamento efetivo, mas, sobretudo, testemunhando a favor da necessidade de planejamento e controle antecipados.

Não há dúvidas de que uma das contribuições práticas mais fundamentais da discussão de Schelling reside na identificação dos riscos da instabilidade e dos requisitos de estabilidade. (Schelling, 1966: 221-259) O autor, apoiando-se numa bela analogia com os antecedentes da I Guerra Mundial e seu estado tecnológico e organizacional de mobilização militar, argumenta que a instabilidade nasce em contextos em que uma conjugação de fatores incentiva a iniciativa – ou a pronta resposta diante de evidência, mesmo que ambígua, de que o outro lado tomou a iniciativa. Vem à tona a noção de uma “guerra acidental”,

gerada não por uma decisão pensada e ponderada, mas porque se acredita que, caso não se aja imediatamente – porque o outro agiu ou está prestes a agir -, a inação pode levar a uma situação dramaticamente desvantajosa e irreversível. Para Schelling, “é o caráter dos armamentos tanto quanto sua quantidade, provavelmente ainda mais que sua quantidade, que torna um ambiente militar estável ou instável”. (Schelling, 1966: 244; tradução nossa)

Desta forma, bombardeiros e mísseis muito vulneráveis, ou dependentes de sistemas de alerta e aviso pouco confiáveis, por exemplo, podem criar uma situação em que a perda de capacidade retaliatória seja uma possibilidade tão presente e terrível a ponto de, diante do menor sinal de ação ou ameaça de ação do oponente, tornar a antecipação a atitude mais esperada e “racional”. E, para piorar, este é um processo que tende a se auto-alimentar: um lado, sabendo que o outro tem incentivos para tomar a iniciativa diante do menor sinal, será ele próprio incentivado a reagir açodadamente e sem maiores ponderações. As implicações das conclusões de Schelling sobre discussões de controle de armamento são ilimitadas. De um lado, fica claro que o fetiche com a redução de armamentos não faz sentido isoladamente e pode ser perigoso: redução de arsenais pode significar maior vulnerabilidade e, portanto, maior instabilidade. De outro, do interesse necessariamente mútuo de geração de um contexto mais estável nasce um importante canal de cooperação entre dois contendores nucleares. Sistemas e arsenais vulneráveis ou pouco confiáveis da parte de um dos lados, pelos riscos que acarretam, devem ser temerários até para o seu rival. Portanto, há amplo espaço para o diálogo e eventual cooperação tecnológica se o resultado for a criação de sistemas mais seguros e que não botem um prêmio irresistível na iniciativa e precipitação.

Adicionalmente, Schelling discute como a comunicação e a barganha continuam ativas e decisivas num âmbito que tende a ser intuitivamente tratado como insulado e incomunicável: a elaboração dos orçamentos de defesa e a constituição das respectivas estruturas de força. (Schelling, 1966: 260-286) Para o autor, é apenas natural reconhecer que há um processo dinâmico de retro-alimentação em que os projetos de força de um dos lados determinam em algum grau o que o outro fará com suas próprias forças, e, como resultado, exercerá uma influência no caminho contrário. Aponta-se aí uma certa futilidade, que, se convenientemente reconhecida, poderia deixar ambas as partes numa situação mais confortável e segura. Assim, Schelling acredita que este processo de comunicação silenciosa - e muitas vezes inconsciente - pode se converter em um canal aberto para benefício mútuo. No mínimo, a comunicação existe se houver consciência de que se tem um ouvinte, mesmo quando se fala consigo mesmo em voz alta.

Não é a opinião do autor desta resenha que a discussão de Schelling seja desprovida de falhas e de lacunas - particularmente na caracterização do estatuto anterior da ciência militar -, mas exigir sua ausência completa seria uma demanda sobre-humana. Alguns livros não cabem dentro de uma resenha de poucas páginas, outros não valem o tempo que se gasta para lê-los. É forçoso reconhecer que *Arms and Influence* é um livro que não cabe nem no período em que foi escrito, o que é curioso, por se tratar de uma obra motivada por dilemas próprios de uma realidade bélica sem precedentes e historicamente colocada. É esta a característica dos grandes livros, capazes de decifrar a essência de fenômenos para além de elementos circunstanciais e contornos específicos.